

## **Regime Jurídico do Comércio Electrónico**

### **I. ENQUADRAMENTO**

O ciberespaço apresenta-se como um meio de divulgação, publicidade e marketing preferencial das empresas e, logo, também como meio de comercialização de produtos e serviços. Acresce que a “Internet” e as “Intranet” não são já espaços reservados apenas às grandes empresas, crescendo a sua importância como factor de rentabilidade e concorrência das pequenas e médias empresas.

Por outro lado, o desenvolvimento de produtos digitais e da prestação de serviços “on line”, faz acrescer à utilização de Internet e Intranet como meios de “encomenda de produtos e serviços” – comércio electrónico indirecto – a efectiva contratação, entrega de produtos e prestação de serviços “on line” – comércio electrónico directo.

O Comércio Electrónico é assim, nos dias de hoje, não só um meio complementar da actividade tradicional das empresas, mas mesmo um meio preferencial de actuação de algumas empresas.

Reveste-se por isso de suma importância para as pequenas e médias empresas um conhecimento aprofundado das Regulamentação Jurídica da prática de actos, celebração de contratos e prestados de serviços e bens em ambiente digital.

### **II. OBJECTIVOS DA APRENDIZAGEM**

Pretende-se fornecer aos formandos um conhecimento essencial da legislação aplicável aos actos jurídicos praticados em ambiente digital e, mais concretamente, à regulamentação jurídica do comércio electrónico em Portugal e na União Europeia, a fim de poderem propiciar um apoio jurídico adequado às empresas que pretendam exercer a sua actividade por recurso a estas tecnologias.

### **VI. METODOLOGIAS DE REALIZAÇÃO DA ACÇÃO**

A formação será ministrada com recurso a métodos pedagógicos de formação de adultos, dividida em 4 em sessões presenciais de 2 horas. As sessões serão acompanhadas por apresentações de multimédia e:

- ✓ Será fornecida uma compilação da legislação relevante da matéria (em formato digital ou papel);
- ✓ Será fornecida uma compilação de jurisprudência e referências bibliográficas relevantes;
- ✓ Será estimulado pesquisa e discussão de situações práticas.

### III. CONTEÚDOS DA ACÇÃO

As quatro sessões abordarão as seguintes matérias:

1. Regulamentação jurídica da Sociedade da Informação – Introdução
  - 1.1. A sociedade da Informação (noção e enquadramento);
  - 1.2. Legislação aplicável à Sociedade da Informação (revisão).
  - 1.3. Documentos e assinaturas electrónicas
    - 1.3.1. Noção e enquadramento.
    - 1.3.2. Documentos electrónicos – validade, eficácia e valor probatório;
    - 1.3.3. Assinatura Electrónica – equivalência à assinatura autografa;
    - 1.3.4. Correio electrónico – equivalência ao correio postal;
  - 1.4. Análise crítica de jurisprudência
  
2. Enquadramento jurídico do Comércio Electrónico
  - 2.1. O Comércio Electrónico (noção e enquadramento)
  - 2.2. Da Directiva 2000/31/CE ao DL 7/2004;
  - 2.3. Prestadores de Serviços em Rede
    - 2.3.1. Categorias e deveres dos prestadores de serviços em rede
    - 2.3.2. Responsabilidade dos prestadores de serviços em rede
  - 2.4. Publicidade no comércio electrónico
    - 2.4.1. Publicidade e Internet
    - 2.4.2. Formas de Publicidade na Internet
    - 2.4.3. Princípios Reguladores da Actividade Publicitária
    - 2.4.4. Regulamentação das Comunicações Publicitárias em Rede
  - 2.5. Análise crítica de jurisprudência
  
3. Contratação electrónica no âmbito do comércio electrónico
  - 3.1. Noção e tipologia,
  - 3.2. Validade e eficácia de contratos electrónicos
  - 3.3. Regime especial de conclusão de contratos electrónicos;
  - 3.4. Análise crítica de jurisprudência
  
4. Defesa do consumidor no comércio electrónico
  - 4.1. Consagração comunitária e transposição para o direito nacional
  - 4.2. Aplicação subsidiária das regras gerais de protecção do consumidor
  - 4.3. Aplicabilidade das regras dos contratos celebrados à distância
    - 4.3.1. Dever de Informação
    - 4.3.2. Direito de Resolução
  - 4.4. Análise crítica de jurisprudência

### VII. REGIME DE AVALIAÇÃO DOS FORMANDOS DEFINIDO PELA ENTIDADE FORMADORA

Julgo que face à natureza das acções propostas as mesmas não estarão sujeitas a um regime de avaliação qualitativo, sendo suficiente a certificação de presença.

## VIII. BIBLIOGRAFIA

- ASCENSÃO, José de Oliveira; SILVA, Ana Paula Costa e; ROSA, Victor Castro, textos de comunicações da Conferência “O Novo Regime Legal do Comércio Electrónico”, subordinadas ao tema “Contratação Electrónica”, publicados em anexo à “Lei do Comércio electrónico anotada”, Coimbra Editora, 2005.
- ACENSÃO, José de Oliveira; SILVA, Ana Paula Costa e; ROSA, Victor Castro, textos de comunicações da Conferência “O Novo Regime Legal do Comércio Electrónico”, subordinadas ao tema “Contratação Electrónica”, publicados em anexo à “Lei do Comércio electrónico anotada”, Coimbra Editora, 2005.
- DIAS VENÂNCIO, Pedro, artigo “*A contratação electrónica*”, (JusNet 14/2008), JusJornal nº 589, publicado electronicamente em <http://www.jusjornal.pt/>, 10 de Julho de 2008,
- DIAS VENÂNCIO, Pedro, artigo “*O contrato electrónico e o momento da sua conclusão*”, (JusNet 26/2008), JusJornal n.º 610, publicado electronicamente em <http://www.jusjornal.pt/>, 4 de Setembro de 2008
- DIAS VENÂNCIO, Pedro, artigo “*O contrato electrónico e o momento da sua conclusão*”, in “Maia Jurídica”, Ano IV, n.º 2, Associação Jurídica da Maia, Setembro de 2007
- DIAS VENÂNCIO, Pedro, artigo “*Os actos electrónicos - valor legal*” (JusNet 11/2008), JusJornal nº 569, publicado electronicamente em <http://www.jusjornal.pt/>, 12 de Junho de 2008
- DIAS VENÂNCIO, Pedro, artigo “*Prestação de serviços em rede*” (JusNet 12/2008), JusJornal nº 574, publicado electronicamente em <http://www.jusjornal.pt/>, 19 de Junho de 2008,
- LARISMA, Susana, “Contratação Electrónica”, in O Comércio Electrónico em Portugal, Quadro Legal e o Negócio, Anacon, Lisboa 2004, Pag. 157-170.
- MARQUES, Carlos e MARTINS, Lourenço, “Direito da Informática”, 2ª Edição, 2006, Almedina.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, vv, Lei do Comércio Electrónico Anotada, Coimbra Editora, 2005.
- MOREIRA CHAVES, Rui, “Código da Publicidade – Anotado”, 2ª Edição, Almedina, 2005
- OLIVEIRA, Elsa Dias “A protecção dos consumidores nos contratos celebrados através da internet”, Tese de Mestrado, Livraria Almedina, Coimbra, 2003;
- PEREIRA, Joel Timóteo Ramos, “Compêndio Jurídico da Sociedade da Informação”, Quid Júris, Lisboa, 2004;
- ROCHA, M. Lopes e outros, “As leis do comércio electrónico” Edições Centro Atlântico, Portugal, 2000;
- VÁRIOS, “Leis da Sociedade da Informação – Comércio Electrónico”, Coimbra Editora, 2008.
- VÁRIOS, “O Comércio Electrónico, Estudos Jurídico-económicos”, Livraria Almedina, Coimbra, 2003;